

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
ESTADO, CONSTITUIÇÃO E O DIREITO PENAL	17
1. As Relações entre o Estado, Constituição e Direito Penal	18
1.1. Considerações gerais	18
1.2. Estado de direito formal e estado de direito material	20
1.3. Evolução histórica	21
1.3.1. Origens do direito de punir	21
1.3.2. A Magna Carta, de 1215	21
1.3.3. A Petição de Direitos, o <i>Habeas Corpus Act</i> e o <i>Bill of Rights</i>	22
1.3.4. As Declarações de Virgínia, Norte-Americana e a Francesa, de 1789	23
1.3.5. A contribuição de Cesare Beccaria	24
1.4. Funções do Direito Penal e seus limites	25
1.4.1. A teoria do “mínimo ético” e o Direito Penal	27
1.4.2. O carácter fragmentário do Direito Penal	29
1.4.3. O bem jurídico	29
1.5. Teoria dos direitos fundamentais	31
1.5.1. Os direitos fundamentais: funções de defesa e de proteção perante terceiros	33

1.5.2. Os direitos fundamentais e a vinculação aos seus destinatários	33
1.5.3. Os direitos fundamentais e o regime das leis restritivas	34
1.5.4. Os direitos fundamentais como categoria dogmática ...	35
1.5.4.1. Normas de direitos fundamentais subjetivas e deveres objetivos	36
1.5.4.2. Fundamentação subjetiva e objetiva das normas de direitos fundamentais	37
1.6. Princípios Constitucionais-Penais.....	38
1.6.1. Princípio da legalidade	38
1.6.2. Princípio da culpabilidade	39
1.6.3. Princípio da intervenção mínima	40
1.6.4. Princípio da segurança jurídica.....	41
1.6.5. Princípio da humanidade	42
1.6.6. Princípio da pessoalidade e individualização da pena ..	43

CAPÍTULO II

O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	45
2. Interpretação: a Revelação da Norma	45
2.1. Princípios e regras: distinções.....	47
2.1.1. Análise crítica.....	51
2.2. Postulados normativos aplicativos	54
2.2.1. A razoabilidade.....	56
2.2.1.1. A razoabilidade como equidade	57
2.2.1.2. A razoabilidade como congruência	58
2.2.1.3. A razoabilidade como equivalência	59
2.2.2. A proporcionalidade: conceito	59
2.2.2.1. A proporcionalidade: origens históricas	60
2.2.2.2. A proporcionalidade: origens jurídicas	62
2.2.2.3. A proporcionalidade: natureza jurídica	63
2.2.2.4. Elementos ou subprincípios	64
2.2.2.5. Presença no ordenamento jurídico	65
2.2.2.6. A proporcionalidade: direito comparado	66
2.2.2.6.1. Alemanha.....	66
2.2.2.6.2. Suíça, Áustria, França, Itália e Espanha	68
2.3. A proporcionalidade e a colisão de direitos fundamentais	70

CAPÍTULO III	
O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E O LEGISLADOR	73
3. Ilícito Civil, Administrativo e Penal	73
3.1. Princípios norteadores da atividade legislativa	75
3.1.1. Direito Penal mínimo x Direito Penal máximo	78
3.1.2. A contribuição de Nelson Hungria.....	79
3.1.3. O clamor público e a elaboração do tipo penal.....	81
CAPÍTULO IV	
O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E O INTÉRPRETE E	
APLICADOR DA LEI PENAL	83
4. A Lei Penal e o Fato Criminoso.....	83
4.1. O princípio da proporcionalidade no processo penal.....	87
4.1.1. A individualização da pena.....	91
4.2. O princípio da proporcionalidade na execução penal.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	101